

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.177 - MG (2019/0324681-4)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE VARGINHA - MG**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DE ELOI MENDES - MG**
INTERES. : **MUNICIPIO DE ELOI MENDES**
ADVOGADOS : **JULIO CESAR FERREIRA TEODORO DA SILVA - MG089546**
 : **JANETE IMACULADA DA SILVA BORGES - MG127245**
INTERES. : **FEDERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS DAS PREFEITURAS**
 : **DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
OUTRO NOME : **FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS**
 : **MUNICIPAIS E ESTADUAIS DOS ESTADOS DO ACRE ALAGOAS**
 : **AMAPÁ AMAZONAS BAHIA MARANHÃO MINAS GERAIS**
 : **PARANÁ PIAUÍ RORAIMA SERGIPE E TOCANTINS**
ADVOGADOS : **MARCOS ANTÔNIO ALVES PENIDO - MG060034**
 : **DÓRIS SOARES OLIVEIRA - MG119213**
 : **REGINA CASTRO DE FARIA - MG145477**
INTERES. : **CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - C**
 : **S P B**
ADVOGADOS : **CRISTIANO ALVES DA COSTA SILVA - DF030779**
 : **ERIC AVELAR GONÇALVES - DF038036**
 : **KESSIA MAGALHAES DA SILVA - DF041064**
INTERES. : **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**
INTERES. : **FEDERACAO ESTADUAL UNICA, DEMOCRATICA DOS**
 : **SINDICATOS DE SERVIDORES, FUNCIONARIOS PUBLICOS DAS**
 : **CAMARAS DE VEREADORES, FUNDACOES, EMPRESAS**
 : **PUBLICAS, AUT**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de conflito instaurado entre o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Varginha - MG, suscitante, e o Juízo de Direito de Elói Mendes - MG, suscitado, que se declararam incompetentes para processar e julgar ação de consignação em pagamento em que se busca o repasse de contribuições sindicais dos servidores públicos municipais.

A Justiça comum declinou da competência sob a afirmação de que, nas ações nas quais se discute contribuição sindical de servidor público, a competência é sempre da Justiça do Trabalho, independentemente da natureza estatutária do vínculo jurídico existente.

O Juízo especializado, por sua vez, suscitou o conflito por entender que a matéria posta na presente demanda não se enquadra no conceito de relação de emprego, mas na relação de natureza tipicamente estatutária.

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de e-STJ, fls. 417-420, opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente a Justiça do

Trabalho.

É o relatório.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que cabe à Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, III, da CF/1988, processar e julgar as ações de cobrança de contribuição sindical, sendo indiferente a relação celetista ou estatutária, salvo quando houver sido proferida sentença de mérito pela Justiça comum antes da vigência da EC n. 45/2004.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FATO GERADOR QUE DERIVA DA RELAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INDIFERENTE SE TRATAR DE SERVIDOR PÚBLICO COM VÍNCULO CELETISTA OU ESTATUTÁRIO.

1. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos declaratórios interpostos que têm o propósito infringente.

2. A lógica seguida é a de que, se as ações em que se discute representação sindical entre sindicatos de servidores estatutários devem ser sempre julgadas pela Justiça Trabalhista (interpretação dada ao art. 114, III, da CF/88 pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho - TST, v.g. RR - 4300-84.2011.5.17.0013, julgado em 17/06/2015, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 7ª Turma), as demandas que versem sobre as contribuições sindicais compulsórias respectivas devem ter o mesmo destino já que o fato gerador dessas contribuições é justamente haver representação sindical. Essa lógica racionaliza o sistema, pois não faz sentido algum discutir a representação sindical no juízo trabalhista e a contribuição na justiça comum. A decisão da justiça comum estaria sempre condicionada ao que decidido na justiça laboral.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no CC 140.975/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/11/2015, DJe 18/11/2015)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO JUDICIAL, PROPOSTA PELO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SISMA/MT, CONTRA O ESTADO DE MATO GROSSO, PARA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVAMENTE A DETERMINADA CATEGORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. AÇÃO

PROPOSTA APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. APLICABILIDADE DO ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 222/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. A Primeira Seção do STJ, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 17/11/2014), firmou o entendimento de que, nos termos do art. 114, III, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical, prevista no art. 578 da CLT. No aludido julgamento, ficou consignado que, após a Emenda Constitucional 45/2004, que alterou o art. 114, III, da Constituição de 1988, restou superada a Súmula 222/STJ ("Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"). Também ficou assentado que, nas ações de cobrança de contribuição sindical movidas contra o Poder Público, revela-se desinfluyente, para fins de definição do juízo competente, aferir a natureza do vínculo jurídico existente entre a entidade pública e os seus servidores.

II. Assim como a Súmula 222/STF ficou superada, após a promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, restaram igualmente superados, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 17/11/2014), os precedentes invocados no Regimental, pelo Sindicato agravante.

III. Os seguintes precedentes do STF, que guardam similitude fática com o presente caso, corroboram a orientação jurisprudencial predominante no STJ, a partir do julgamento do supracitado AgRg no CC 135.694/GO: AgRg na Rcl 17.815/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/08/2014; AgRg na Rcl 9.758/RJ, Rel. Ministro TEORI ZAVASCKI, PLENÁRIO, DJe de 07/11/2013; AgRg na Rcl 9.836/RJ, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, PLENÁRIO, DJe de 28/11/2011.

IV. Portanto, deve ser mantida a decisão agravada, pela qual foi declarada a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a ação judicial proposta, pelo Sindicato ora agravante, em desfavor da Fazenda Estadual, perante a Justiça Comum do Estado de Mato Grosso, após a Emenda Constitucional 45/2004, objetivando a cobrança de contribuição sindical, referente ao ano de 2008, de toda a carreira estadual dos profissionais do Sistema único de Saúde (todos estatutários e regidos por lei de carreira própria), devendo ser confirmadas, ainda, tanto a declaração de nulidade dos atos decisórios praticados na referida ação, quanto a revogação da ordem de sobrestamento, deferida, liminarmente, neste Conflito Positivo de Competência, em relação à ação judicial conexa, que tramita, na Justiça do Trabalho, em fase recursal.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no CC 128.599/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/5/2015, DJe 19/5/2015)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004. CAUSA SENTENCIADA POR JUIZ ESTADUAL ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA MENCIONADA EMENDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REFORMA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TRÂNSITO EM JULGADO. PRECLUSÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

1. Está assentado no STJ o entendimento de que a nova competência introduzida pela EC 45/04 abrange as demandas visando à cobrança da contribuição sindical (art. 114, III, da CF/88).

2. No que se refere às questões de direito intertemporal, decidiu-se, seguindo-se, no particular, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no CC 7.204-1-MG, Tribunal Pleno, Min. Carlos Britto, DJ de 09.12.2005, que a nova regra de competência alcança os processos em curso ainda não sentenciados, no seu mérito, na data da entrada em vigor da EC 45/04. Precedentes.

3. No caso, embora sem ter decidido definitivamente o pedido formulado na inicial, a Justiça Estadual já fez juízo, em primeiro e em segundo grau, sobre a legitimidade passiva, matéria que, pelo menos em relação à parte autora, restou preclusa, não podendo ser modificada pela Justiça do Trabalho. Ora, essa peculiar situação deve ser considerada para efeito de manter a competência da Justiça Estadual, sob pena de comprometer a unidade de jurisdição que a jurisprudência do STF buscou preservar.

4. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça Estadual, a suscitada.

(CC 90.778/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/3/2008, DJe 31/3/2008)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PARA A CONTAG, CNA e SENAR. ITR. ARTIGO 114, INCISO III, DA CF. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA EC N. 45/2004. DECISÃO DE MÉRITO ANTERIOR AO NOVO TEXTO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, que acrescentou o inciso III no artigo 114 da Carta vigente, a Justiça do Trabalho passou a deter a competência para processar e julgar "as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores".

2. Devem ser processadas pela Justiça laboral as demandas relativas à cobrança da contribuição sindical prevista nos arts. 578 e seguintes da CLT propostas pelos sindicatos, federações ou confederações de empregadores contra os integrantes da correspondente categoria.

3. O novo texto constitucional produz efeitos imediatos, porém não alcança as ações em curso que tenham sido objeto de sentença de mérito, validamente proferida pela Justiça Estadual em data anterior à modificação introduzida pela

Superior Tribunal de Justiça

EC n. 45/2004, com *in casu*. Assim, além de subsistir a competência do respectivo Tribunal para a apreciação de eventuais recursos, caberá ao juízo que decidiu a causa em primeiro grau de jurisdição processar a ulterior execução do título judicial, ex vi do art. 575, II, do CPC.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado.

(CC 83.214/SP, Rel. Min. CARLOS FERNANDO MATHIAS - JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/2/2008, DJe 6/10/2008)

No presente caso, a demanda foi proposta na vigência da EC n. 45/2004, o que impõe, na forma da jurisprudência desta Corte, que seja declarada a competência da Justiça do Trabalho.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Varginha - MG, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator